

**MARX, BRECHT E OS ATORES POLÍTICOS DE 1953:
UMA ANÁLISE DA CENSURA PAULISTA A PARTIR DA PEÇA HISTÓRIA DOS
BRINQUEDOS**

Eliza Bachega Casadei
Comunicação Social - Universidade de São Paulo
elizacasadei@yahoo.com.br

Resumo: A partir da análise da atuação da censura na peça História dos Brinquedos, de Carlos Escobar, o presente artigo pretende discutir alguns temas centrais nas preocupações dos censores da década de 1950, nitidamente alocados entre os pólos da política e da moral. No primeiro, referimo-nos as referências às temáticas comunistas que, em grande parte, foram ignoradas pelo censor, mostrando uma preocupação com o contexto político interno do país. Nesta peça, a censura se posiciona, principalmente, no veto a temáticas morais que possam questionar a valorização do higienismo e da escola como formadores fundamentais do indivíduo.

Palavras-chaves: Censura. Política. Comunismo. Moral. Corpo.

Abstract: Through the analysis of the censorship actuation in Carlos Escobar's play "História dos Brinquedos", this article intend to discuss some central topics on censor's concerns in the fifties, specially allocated between the concerns of the morality and of the politics. In the first scenario, we can assert that this play contends many elements of Marxist scientific divulgation, but only a few words have been cut. So, we'll demonstrate that the cut a Marxists' elements were much more related to the national context and that the international level were less important. Others topics presented in the play and noticed by the censorship were the valorization of the hygienic and of the school as fundamental individual formers.

Key-Words: Censorship. Politics. Communism. Moral. Body.

Creia-me, nós não fomentamos o ódio. Dizemos apenas que a luta de classes é uma lei da evolução social. Não somos responsáveis por ela. Não é uma invenção nossa. Limitamo-nos a explicá-la, como Newton explica a lei da gravidade^[i]

A censura, enquanto um instrumento de expressão do poder e da força de um governo, costuma ser associada a governos antidemocráticos e de cunho autoritário. Essa percepção, no entanto, quando examinada atentamente, se mostra ilusória. O veto a trechos de peças teatrais foi uma constante na História brasileira desde, pelo menos, a década de 1920 e se mostrou presente em épocas democráticas, tal como o período que se estende do fim do Estado Novo até 1964. O objetivo do presente artigo é examinar algumas preocupações centrais demonstradas pelos censores da década de 1950 a partir da análise da peça *História dos Brinquedos*, de autoria de Carlos Escobar Filho. Essa peça nos parece paradigmática para o estudo da censura brasileira às peças teatrais do período, uma vez que o comportamento se repetirá no veto a outros espetáculos.

O material de pesquisa analisado está alocado no Arquivo Miroel Silveira, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O arquivo possui mais de seis mil processos de censura teatral, cobrindo o período de 1927 a 1972. Esses processos são os focos do estudo e contém, geralmente, a cópia da peça anotada pelo censor e o seu parecer final, com detalhamento dos trechos rasurados. O presente artigo faz parte do eixo temático de pesquisa "O Poder e a Fala na Cena Paulista"^[ii], que tem como foco de estudo as palavras

censuradas e, a partir delas, a busca pelas razões que motivaram o censor a vetar determinadas expressões em detrimento de outras possíveis.

O levantamento dos possíveis motivos do corte das expressões estudadas se baseia em três procedimentos básicos. O primeiro é o levantamento das possibilidades semânticas daquelas palavras. Muitas vezes, porém, as significações imediatas dos termos não determinam a ação do censor e, por causa disso, precisamos examinar os elementos transfrásticos que habitam os discursos. E para isso é necessário um levantamento sócio-histórico para averiguar quais são as conexões existentes entre a palavra examinada e o quadro cultural de sua emissão na época em que a censura a vetou. A terceira fase deste procedimento consiste, justamente, no confronto das outras duas fases. Ou seja, confronta-se o que a palavra em sua inserção na peça escrita pode significar ou subentender com o contexto da palavra vetada em termos do quadro social levantado, remetendo, com isso, ao viés da análise arqueológica do discurso.

Outro aporte teórico complementar à análise do discurso será fornecido pela teoria das implicações de Oswald Ducrot, baseada nos conceitos de pressupostos e subentendidos. Um pressuposto diz respeito às condições lógicas de existência de um enunciado. Os subentendidos, por sua vez, remetem ao contexto de leitura por parte do espectador.

História dos Brinquedos passou pelo processo de censura em 17 de Dezembro de 1953 e está repleta de referências ao ideário comunista que são, em grande parte, ignoradas pelo censor – diferentemente do que poderia se imaginar em pleno período da Guerra Fria. Sua ação se deu majoritariamente em outra frente, de ordem mais moral e social, ligadas à valorização da higiene e da escola enquanto pilares da sociedade. Esta tolerância às temáticas comunistas e o veto a temáticas morais podem ser relacionados, diretamente, ao momento político e histórico que o país vivia em 1953. Através da análise da censura dessa peça, mostraremos alguns aspectos políticos e culturais da época e quais eram alguns dos discursos e das plataformas culturais que estavam em funcionamento na formação do julgamento do censor.

História dos brinquedos: referências comunistas e brechtianas

Com a morte de Karl Marx, em 1883, começa um processo de popularização das idéias marxistas que resultou na sistematização e simplificação desta teoria. Alguns autores afirmam que as partes de O Capital que tratavam de observações históricas, por serem de mais fácil compreensão e mais passíveis de simplificação, começaram a ganhar algo como uma vida própria^[iii]. O historiador Franco Andreucci aponta para o fato houve uma forte insistência de Engels, no final de sua vida, para que fossem combatidas as leituras simplificadas do materialismo histórico, o que indicava, em suma, o quanto essas interpretações ditas “vulgares” haviam se tornado comuns.

Principalmente a partir da Segunda Internacional, o marxismo popularizado começou a adquirir ares mais deterministas e positivistas e foi, por isso, muito criticado. Fala-se abertamente que isso havia atenuado o caráter revolucionário da doutrina. Como também explica Andreucci, foi justamente a idéia de um incontrolável processo de lutas de classes sustentado por uma necessidade histórica que encontrou a maior acolhida na cultura socialista na época da Segunda Internacional. As idéias marxistas presentes na peça *História dos Brinquedos* estão em consonância com esta simplificação, especialmente ligadas à concepção da inevitabilidade e do determinismo histórico da luta de classes.

A estória da peça começa com as cortinas fechadas. O personagem O Tempo aparece e começa a contar a história de Cacolândia. Ele conta que, neste fantasioso bairro paulistano, as crianças ainda não tinham todos os sofisticados brinquedos que as crianças de hoje possuíam. Elas brincavam com bonecas artesanais, bolas feitas de meia e jornal e o que mais a

imaginação delas permitisse. Um dia, o personagem O Trabalho, vendo a brincadeira das crianças, decide fabricar brinquedos com maior qualidade e beleza, mais parecidos com aqueles que as crianças de hoje conheciam. Além de fabricá-los, ele ainda dava os brinquedos para as crianças sem cobrar nada por isso.

O personagem O Especulador, ao ver a felicidade que estes brinquedos proporcionavam, propõe um acordo para O Trabalho: ao invés de dar os brinquedos às crianças, ele deveria dá-los para ele, para que ele pudesse vendê-los. O Trabalho se recusa. O Especulador, entretanto, tinha algumas armas mais fortes para convencê-lo. Com a ajuda de seus amigos A Fome e A Exploração, ele conseguiu prender O Trabalho e forçá-lo a fabricar os brinquedos que se tornaram produtos postos à venda.

Depois disso, todas as crianças de Cacolândia caíram em uma infelicidade profunda porque isso gerou uma espécie de segregação social na cidade entre aqueles que podiam comprar brinquedos e aqueles que não podiam. Os meninos e meninas pobres da cidade decidiram então se unir e organizar uma revolta contra O Especulador. A revolta obteve pleno sucesso e os meninos expulsam O Especulador da cidade, bombardeando-o com batatas, cebolas e ovos podres. A partir deste dia, O Trabalho volta a fabricar os brinquedos de graça e todos vivem felizes novamente.

Quando O Tempo termina sua história, ele começa a reclamar que as crianças não lêem mais e diz que vai ler a história para elas, porque assim elas a fixariam melhor. Aparece, então, O Empresário (dono do teatro) e diz que as crianças queriam *ver* Cacolândia e não *ouvir* a história de um velho. Então, ele prende O Tempo dentro do livro, as cortinas se abrem, e toda a história que havia sido contada por O Tempo se desenrola no palco, em um formato mais tradicional de peça de teatro.

O fato de a estória ser contada duas vezes é bastante interessante e demonstra que esta peça, além de marxista, tem claras influências brechtianas. A antecipação dos fatos que serão representados é um recurso clássico deste tipo de teatro. Isto visa criar um efeito de estranhamento no espectador da peça, de modo que ele aprenda com ela, e não fique deslumbrado e anestesiado com a estória.

O objetivo do teatro de Brecht era “o desejo de não apresentar apenas relações inter-humanas individuais (...), mas também as determinantes sociais destas relações”^[iv]. Isso fica claro em *História dos Brinquedos*, pelo fato de os personagens principais serem as determinantes sociais em si (O Trabalho, A Fome, O Especulador) e não pessoas. Para Brecht, o homem só pode ser compreendido através dos processos pelos quais existe e isso é bem mostrado nesta peça pela própria alegorização dos personagens.

Quanto aos conceitos propriamente marxistas, podemos observar nesta peça a simplificação dos conceitos que mais se popularizaram após a Segunda Internacional – a saber, caracterizados pela tríade “concepção materialista da história”, “teoria do valor” e “luta de classes” aliadas ao determinismo histórico e ao positivismo^[v]. Todas estas referências estão presentes na peça. Nenhuma delas é cortada. Em um dado momento da peça, O Empresário exorta as crianças da platéia a participarem da revolução organizada pelas crianças de Cacolândia e, mesmo esta cena, é mantida pela censura:

Empresário (gargalhando): Isso é que é cair no melado... O Tempo acabou dentro de suas próprias histórias. Agora, livre-se dele, vamos ver Cacolândia. Vamos ver! E vocês, preparem-se, pelo menos os meninos valentes e corajosos – caso queiram ajudar os meninos de Cacolândia a salvar O Trabalho, expulsando o velho Especulador da cidade. (*Segredando*) Para isso, para vocês tomarem parte na batalha, eu, no segundo intervalo, distribuirei para vocês pedras, laranjas, ovos podres, cebolas e batatas. E vou também jogar em cima do velho. Então, preparem-se. Eu vou buscar o material de guerra^[vi].

Esta cena também é uma marca do teatro brechtiano, se considerarmos o seu intuito didático. Este teatro tem “a intenção de apresentar um ‘palco científico’ capaz de esclarecer o público sobre a sociedade e a necessidade de transformá-la; capaz ao mesmo tempo de ativar o público, de nele suscitar a ação transformadora” (Rosenfeld, 1965, p.148). O homem é tido como dependente da situação histórica e esta, por sua vez, pode ser modificada.

A intervenção da censura na frente política

O trecho em que se a censura se posiciona politicamente, está presente na cena em que O Especulador tenta convencer O Trabalho a fazer parceria com ele (a palavra censurada aparece sublinhada):

Especulador: A nossa sociedade precisa existir, seu moço. Tanto precisa viver você, como eu, que sou o dono do dinheiro. Olha só que lindo nome para a nossa sociedade: Capital & Trabalho.

Obviamente, não podemos determinar com precisão os motivos envolvidos na escolha do censor em vetar a palavra “capital”. De qualquer forma, no entanto, a partir de um exame no quadro histórico vivido pelo país naquele período, podemos alinhar um rol de possibilidades. No caso estudado, podemos aventar, no mínimo, três.

A primeira delas remete ao ano de 1941, quando começa a ser editada em Fortaleza uma revista chamada “Capital e Trabalho”. O diretor responsável pela revista era Aderbal Nunes Freire, catedrático de Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito do Ceará e um dos fundadores do Partido Democrata Cristão no Estado durante o processo de redemocratização pós-Vargas na segunda metade da década de 40. Um dos motivos pelos quais o censor pode ter considerado a fala do Especulador como uma referência a esta revista e decidido vetá-la, está relacionada aos debates que ocorriam no país em torno da campanha “O Petróleo É Nosso” e ao relacionamento que Freire mantinha com Juarez Távora.

Contextualizando a campanha em torno da exploração do petróleo, cabe colocar que a política nacional na década de 50 era extremamente polarizada entre setores da sociedade que acreditavam que o Brasil deveria seguir seu desenvolvimento com a ajuda do capital estrangeiro e os que discordavam desta posição. A Lei 2004, que criou a Petrobrás em 03 de Outubro de 1953, foi a culminação de um dos conflitos mais dramáticos que opôs essas duas tendências.

Os nacionalistas, apoiados por Vargas e por militares como Horta Barbosa, Estilac Leal e Edgar de Oliveira, defendiam a tese de que, como o petróleo é um produto estratégico, ele deveria ser gerido por uma empresa nacional e estatal. Os privatistas, por outro lado, apoiados por grande parte da imprensa e também por parte do corpo militar liderado por Juarez Távora, pregavam que o país não teria capacidade de gerir este produto e, por isso, seria necessária a abertura da exploração a empresas estrangeiras.

Távora - conhecidamente anticomunista – apoiou Revolução varguista dos anos 30, mas rompeu com Vargas em 1937, tornando-se adido militar no Chile. Ele volta ao país em 1945, quando lutou na Cruzada Democrática e depois se torna comandante da Escola Superior de Guerra (eminentemente antigetulista). O professor Aderbal Nunes Freire era um dos aliados políticos de Juarez Távora (embora não possamos dizer muito sobre a sua posição específica quanto à campanha “O Petróleo é Nosso”). Em 1955, inclusive, ele apóia seu nome para a presidência da República. O filho de Freire, Aderbal Freire Júnior, diretor de teatro, nos contou um pouco sobre a relação de seu pai com Távora:

Meu pai foi fundador do PDC, Partido Democrata Cristão, no Ceará, e lembro de contatos seus com Franco Montoro, mas, sobretudo de sua ligação com Juarez Távora. Na velha casa abandonada em que morou ainda vi, nas últimas vezes em que estive lá, dezenas de fotografias suas em campanha com Juarez Távora. Sei que foram mais do que correligionários, que foram amigos^[vii].

Desta forma, uma das hipóteses possíveis é a de que o corte tenha tido a intenção de atacar Juarez Távora através de Freire, vetando o nome de uma revista editada por um de seus aliados.

É válido colocar que um dos grandes elementos complicadores do debate em torno do petróleo foi o fato de que o Partido Comunista se posicionou ao lado dos nacionalistas e foi um grande defensor da campanha. Isso gerou diversas críticas ao movimento. Os comunistas eram vistos, de uma maneira geral, como elementos antinacionais e apontados como defensores dos interesses de Moscou. Sua presença na Campanha, portanto, foi largamente explorada pela UDN como uma prova de que os interesses nacionais estariam sendo contrariados a partir desta participação.

Desta forma, se levamos em consideração que a Lei 2004 de 1953, um dos grandes sucessos políticos de Vargas, foi aprovada com o apoio dos comunistas, uma maior tolerância as suas referências se torna plausível. Como já foi explorado em diversos estudos, o discurso anticomunista no Brasil, muito mais do que uma posição ideológica firme, serviu, em muitos momentos, para legitimar interesses conforme a situação se apresentasse. A censura segue esta tendência. Um outro fato que aconteceu em 1953 ilustra bem este funcionamento.

Em março deste ano (vale ressaltar que a peça é de dezembro), Getúlio Vargas colocou em “disposição não remunerada” alguns diplomatas suspeitos de terem ligações ou simpatia para com o comunismo^[viii]. Este processo foi arquivado, mas alguns historiadores afirmam que Vargas se utilizou um “clima anticomunista” para tentar afastar pessoas indesejadas. O processo foi arquivado por insuficiência de provas da ligação dos acusados com o Partido Comunista, porém, somente isso já configura a perseguição de caráter político sofrida por esses diplomatas^[ix].

Isto mostra como este discurso era “maleável”. Em 1954, o apoio dos comunistas à campanha do petróleo e esta suposta tolerância de Vargas com eles agravará a situação de oposição ao seu governo. Mas, de certa forma, com a censura desta peça, podemos perceber como as posições ideológicas dos diversos atores do governo brasileiro se mostravam ambíguas neste período dos anos 50.

A segunda hipótese a ser examinada também está ligada ao nome da revista de Aderbal Nunes Freire, mas este não está ligado ao seu relacionamento político com Távora e, sim, com o fato de ele ter sido um dos fundadores do Partido Democrata Cristão (PDC) no Ceará.

O contexto da fundação do PDC no mundo, no período pós-guerra, está ligado a uma nova proposição política daquelas que se apresentavam no momento. O partido encontrou acolhida em diversos países do mundo, como Alemanha, Itália, Bélgica, Chile, Argentina, Uruguai, entre outros:

O ponto em comum entre estes diversos partidos esteve no fato de se apresentarem e se entenderem como diferentes das demais agremiações por formularem a idéia da chamada Terceira Via, a qual, resumidamente, se oferecia como alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária. Claro que esta proposta assumia características diferenciadas conforme o momento e a situação em que estivesse inserida. Mas a título de um registro mais amplo, vemos que os democratas cristãos a expunham como estando na “insistência sobre os valores familiares e sobre o papel das comunidades intermediárias, no respeito pela propriedade privada, na busca da participação nas relações de trabalho e no pluralismo político”^[x]

No Brasil, especificamente, o Partido Democrata Cristão surgiu com fim da ditadura estadonovista. Neste período, a política brasileira era controlada basicamente pelo PSD e pelo PTB. Isso, de certa forma, limitava bastante a atuação de outros partidos:

Para atuar nestes imbricados acontecimentos ligados à abertura democrática, os agentes políticos vinculados ao Estado Novo tentaram estabelecer “um esquema de limitada mobilização política nacional das massas urbanas, baseado em uma estrutura sindical controlada pelo Estado e no apoio institucional do PSD e do PTB”. Nessa quadra histórica de pouca mobilidade foi que o PDC procurou espaço para constituir sua proposta de Terceira Via e, portanto, não nos admira que tenha demorado até o início dos anos sessenta para adquirir alguma expressividade entre os atores políticos em nível nacional. Outro elemento que dificultava um melhor tônus político da Terceira Via do PDC foi a negativa da Igreja Católica em apoiar este partido. Afinal, “a maioria do bispado, ciosa de sua autoridade, opunha-se à ligação da Igreja ao nascente PDC, temendo que o partido, com seu possível crescimento, viesse a desafiar e comprometer a sua posição hierárquica” ^[xi].

Posicionando-se como um Partido que se opunha ao núcleo PSD/PTB, ele acabou se aproximando da UDN neste período histórico. No período de 1945 a 1954, o PDC adota uma posição de oposição que se aproxima da linha de atuação de Carlos Lacerda. Este é um outro forte motivo para que o nome da revista de Freire tenha sido cortado.

Por fim, ainda resta um terceiro motivo para o veto que precisa ser examinado. Talvez tenhamos chegado a uma leitura por demais sofisticada e presa aos eventos políticos específicos de uma época. É possível que, no final das contas, o veto à palavra “capital” tenha sido feita com o propósito de reforçar a instância do “trabalho”, reforçando a importância deste último. O governo Vargas se alicerçou, afinal, sob uma plataforma de poder que tomava os “trabalhadores do Brasil” como sustentação política elementar. Mais do que uma plataforma política, no entanto, o “trabalho” se esboçou como o mote para a formação de uma nação no plano dos discursos.

Qualquer uma das três possibilidades que levamos em consideração, no entanto, podemos perceber que elas apontam para um mesmo fato: conjunturas políticas internas parecem ter tido maior peso na decisão do censor do que o plano internacional da Guerra Fria propriamente dito.

Um relatório elaborado pela CIA, em janeiro de 1953, intitulado *Probable Developments in Brazil*, mostra de forma clara a preocupação que os Estados Unidos nutriam em relação ao avanço comunista no Brasil. Apesar de afirmarem no documento que o país certamente continuaria se mantendo aliado politicamente aos EUA, havia certa preocupação que o país tentasse seguir uma terceira via econômica que se afastasse um pouco dos interesses norte americanos. De acordo com o relatório:

O Brasil quase certamente continuará a apoiar os Estados Unidos na maioria das questões entre o bloco americano e o bloco soviético, mas, se não for concedida a especial consideração a qual ele se sente de direito, particularmente com referência aos futuros ganhos de desenvolvimento, o país pode adotar um rumo independente gradativo em questões econômicas (...) O Brasil vai procurar estabelecer relações econômicas mais próximas na América Latina e na Europa, incluindo esforços para aumentar o agora negligenciado e não estratégico comércio com o bloco soviético. O país pode também restabelecer as relações diplomáticas com a URSS. ^[xii]

Quanto ao avanço comunista, o relatório coloca:

Vargas tem permanecido em grande parte indiferente às atividades comunistas e os comunistas têm agora começado a operar mais abertamente na liderança dos movimentos populares e renovaram as pressões para a legalização do Partido. Enquanto isso, alguns comunistas e simpatizantes já se infiltraram no governo (inclusive no ministério do exterior) e

nas organizações trabalhistas. Apesar da nova legislação projetar um freio nas atividades comunistas, as nomeações motivadas politicamente para postos chave na Polícia Federal têm enfraquecido consideravelmente a capacidade de aplicação desta seção política. Uma investigação sobre o comunismo nas forças armadas descobriu poucos comunistas lá, mas revelou a existência de um aparato suficientemente bem organizado para levantar uma preocupação entre as autoridades militares brasileiras ^[xiii].

O documento mostra como a relação que a cúpula governamental brasileira mantinha com os comunistas era, também no plano internacional, vista como ambígua. A tolerância às temáticas comunistas em *História dos Brinquedos* mostra que essas relações se projetavam, para além do governo central, em diversas micro-esferas de poder. O Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, órgão responsável pela censura do período, inserido nesta plataforma de poder, refletia também esse comportamento discrepante, como pode ser claramente observado a partir da sua intervenção nesta peça teatral.

A relação com o corpo:

Como já colocamos anteriormente, os demais cortes impostos à peça estão relacionados a fatores de ordem moral e social. O contexto do próximo corte se dá quando Estelinha conta para O Trabalho que sua boneca artesanal “anda, fala, e até faz... (põe a mão na boca com vergonha do que ia dizer)”. Vale ressaltar que este trecho não é censurado. O Trabalho promete, então, que irá fazer uma boneca para ela que faz tudo isso. Quando ele termina e entrega a boneca para a menina, ela fica encantada (o trecho sublinhado foi censurado):

Estelinha: Como a minha boneca ficou linda! Ai que vou chorar!

O Trabalho (mostrando a boneca a todas as crianças): E ela vai falar de verdade (*a boneca diz mamãe, mamãe*). E ela vai dormir (*a boneca fecha os olhos*). E ela vai andar (*faz a boneca mexer as perninhas*). E ela vai fazer aquela coisa feia (*levantando o vestidinho da boneca faz com que através das calças ela urine*).

(A criançada dá gargalhadas e batem palmas)

O Trabalho (para Joãozinho): E diga mais, agora, que ela não faz...

Joãozinho (rápido, pondo o dedo molhado no chão e experimentando na língua): Ah, mas não é salgado também....

Diversos meninos: Porco... porcalhão.

Para entendermos a plataforma cultural na qual se inserem estes cortes, precisamos pensar na relação que alguns autores apontam entre os conceitos de individualismo, higiene e valores morais. Desde o século IX teve início um processo de “desaglomeração dos corpos” ^[xiv] com a restrição dos espaços coletivos para certas atividades pessoais como ir ao banheiro ou dormir. A cama individual, por exemplo, vira uma norma sanitária. O ato de liberar os dejetos do corpo, também se torna cada vez mais individual, porque a higiene é cada vez mais valorizada:

Os progressos da higiene íntima revolucionam efetivamente a vida privada e as condições da relação. A descoberta dos mecanismos da transpiração bem como o enorme sucesso da teoria da infecção vêm chamar a atenção pra os perigos da obturação dos poros pela gordura, portadora de miasmas. Um pouco mais tarde, a ascensão do conceito de ‘depuração’ impõe uma limpeza vigilante aos emunctórios do organismo. A reconhecida influência do físico sobre o moral valoriza o limpo e o ordenado. Novas exigências sensíveis renovam a civilidade; a delicadeza acentuada das elites, a vontade de liberação dos detritos orgânicos, que lembram a animalidade, o pecado, a morte, em suma, a preocupação de purificação estimulam o progresso. Este se encontra, além disso, espicaçado pela vontade de distinção face ao povo

nauseabundo. Tudo isso contribui para promover um novo estatuto do desejo sexual e da repulsa, o qual, por sua vez, intensifica o estímulo às práticas higiênicas ^[xv].

Este mecanismo da limpeza é estimulado por diversas instituições tais como escolas, hospitais, prisões. Durante o século XIX se impõe com maior força a “estratégia da aparência” onde certos rituais passam a englobar somente a esfera privada. Este processo de conjugação dos valores individualistas, higiênicos e morais, segundo alguns autores, se intensifica com o passar do tempo. O psicanalista Contardo Calligaris, em entrevista para a revista *Cult*, chega a afirmar que vivemos, hoje, na era do ideal higienista:

Isso tem muito a ver com o triunfo da nossa moral dominante, uma moral higienista, baseada na máxima ‘preservar para durar mais’. Não posso fazer nada que comprometa a duração da minha vida. Portanto, organizo minha vida racionalmente a partir desse ideal. (...) É quando o outro ocupa o meu tempo de uma forma irracional, me cansa, me contamina, suja meus lençóis, vai saber se ele tem alguma doença a qual me transmite beijando na boca. No fundo, o ideal higienista é de solidão. (...) Quando você se coloca nessa perspectiva higienista, já não é mais a AIDS que o contamina – é o outro. O parceiro, a companhia, o amigo, o amor em potencial se transformam em um perigoso vírus que contamina sua casa, suas coisas, sua vida ^[xvi].

Este processo da moral higienista que se desenrolava na Europa desde o século IX foi importado para o Brasil especialmente a partir da chegada da família real ao país:

Transformações operadas na sociedade brasileira nos anos que seguiram à vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro favoreceram o surgimento de condições para o crescimento e dinamização sócio-político-econômica da cidade. Essas alterações permitiam que setores específicos da sociedade tivessem acesso a idéias e práticas ligadas ao avanço do capitalismo. Entre esses setores, teve destaque o dos médicos higienistas. Da Faculdade de Medicina partia um movimento de reforma da vida das populações urbanas ^[xvii].

As mudanças que aconteceram no país depois do fim da ditadura varguista e o processo chamado de “segunda industrialização” deram origem à percepção de que existem “dois Brasis”: um arcaico e outro moderno ^[xviii]. Havia a “crença em que o desenvolvimento de sua porção moderna levaria à superação de suas contradições, fazendo-o, finalmente, dar o tão esperado salto para o futuro” ^[xix]. Dentro desse pensamento, era preciso “higienizar” para “prosperar”.

É através deste inventário de discursos que se entrecruzam que podemos auferir as escolhas do censor em vetar o trecho transcrito. Diante desse ideal, é até tolerado que se fale sobre a urina da boneca, porque é uma coisa que pertence às conversas públicas e médicas. Mas mostrá-lo, especialmente para crianças, não pode ser aceito, uma vez que este ato pertence ao âmbito privado. A cena em que o garoto tenta provar esta urina se torna ainda mais intolerável, já que contraria abertamente estes princípios de higiene. Tal atitude contrariaria todo o trabalho das mães, das escolas e das mais diversas instituições neste sentido. Já o corte da expressão “porco... porcalhão” é estratégico para apagar todos os vestígios de que o garoto tenha tentado provar a urina da boneca. Estes atos, em si, de certa forma, também cumpririam a função, dentro da peça, de causar um efeito de estranhamento.

A valorização da escola

Outro corte realizado na peça está alocado em um trecho que questiona uma das instituições sociais disciplinadoras da sociedade: a escola. Esta cena se desenrola quando o personagem O Tempo entra em cena:

O *Tempo*: Sabem lá vocês, que estão aí, escarrapachados e gostosões, nessas poltronas, o que é vir carregando uma cartilha (*apontando para o livro*) deste tamanho?! Também eu sou “O

Tempo” e já vivo desde o começo do mundo! Mas, o pior, meus amiguinhos, tem sido empurrar o meu “livrinho” aqui em São Paulo, que é uma cidade de deixar a gente maluco! (...) esse livrinho que vocês estão vendo aí, o que eu posso afirmar para vocês é que carregar o seu peso vale a pena. Digo mais! É preferível carregar esse trambolho aos livrinhos de escola que vocês carregam. Vocês querem saber porque? Porque nele tem histórias, si não as mais bonitas, pelo menos as mais certas. São as histórias do mundo, as verdadeiras histórias do mundo, direitinho como elas se passaram. Para provar isso para vocês, hoje eu vou ler uma: uma de encher a boca da gente de água. É a história dos brinquedos...

Como é bem sabido, a função primordial da escola sempre foi a de formar cidadãos aptos, com princípios morais consensuais, moldados para as exigências do Estado e do mercado de trabalho. Como na década de 50 a industrialização começava a entrar em uma fase mais complexa e o mercado se tornara um pouco mais sofisticado do que nas décadas anteriores, a necessidade de uma formação de uma mão-de-obra que desse conta deste processo fazia com que a educação fosse um tema especialmente caro e bastante valorizado – com a conseqüente expansão desta valorização para a instituição escolar enquanto tal.

Se a formulação de decretos e leis, destinados especialmente a deter experiências educacionais de grupos estrangeiros, acabou sendo ‘a expressão mais pura da tentativa de destruição de uma cultura lentamente edificada, mas que não tinha mais espaço na nova ordem política do país’, a expectativa em torno dos sistemas nacionais de escolarização era de que ‘gerasse nos jovens os hábitos, as formas de comportamento, as disposições e os traços de caráter mais adequados para a industrialização’. Identificados com a docilidade, o patriotismo, o amor ao trabalho e a obediência, a preocupação com o desenvolvimento desses traços consolidou a função disciplinadora do ensino, que pode ser traduzida como aprendizagem das relações sociais de produção ^[xx].

Berberian ressalta a posição de M. Fernandez Enguita de que o trabalhador moldado por este sistema deveria “conceber a organização social do trabalho como ‘algo natural, racional ou simplesmente inevitável’, onde a preparação para o trabalho carrega uma ‘aura de necessidade e funcionalidade’” ^[xxi].

De acordo com estes preceitos, o trecho censurado se torna muito problemático, na medida em que coloca o conhecimento posto nesses “livrinhos de escola que vocês carregam” como inferiores ao conhecimento advindo da experiência (que é representado pela cartilha que O Tempo carrega). Mais do que isso: ele coloca o conhecimento adquirido através da escola é somente um dos conhecimentos possíveis e atesta, inclusive, a existência de outros conhecimentos mais verdadeiros.

Esta tentativa de moldar o tipo de trabalhador ideal é anterior à década de 50. Ela começa a ser operacionalizado já nos primeiros governos republicanos (Berberian, 1995). A década de 50, porém, possui um agravante nesta situação: é neste período que começa a se conceber a juventude como uma fase da vida rebelde e problemática. A “delinqüência juvenil” deixa de ser encarada como exclusiva dos setores excluídos da sociedade e passa a afetar também as classes médias:

Nos anos 50, o problema social da juventude era a predisposição generalizada para a transgressão e a delinqüência, quase que inerente à condição juvenil, corporificadas na figura dos “rebeldes sem causa”, (...) como um momento em si patológico, demandando cuidados e atenção concentrados de adultos para “pastorear” os jovens para um lugar seguro, para uma integração normal e sadia à sociedade. Nos anos 50, quando os atos de “delinqüência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinqüente, por sua própria condição etária. (...) A interpretação baseada na explicação da “fase inerentemente difícil” leva a localizar o problema na adolescência enquanto tal, e na formação de culturas juvenis como antagônicas à

sociedade adulta, resultando no conhecido processo de “demonização” do rock’n’roll, por ex., e na busca de soluções através da prescrição de uma série de medidas educativas e de controle para assegurar a contenção dessa delinquência ^[xxii].

Caberia à escola, neste quadro, auxiliar os adolescentes para a passagem para a vida adulta, porque, ao mesmo tempo em que eles eram vistos como rebeldes, também eram vistos como passíveis de normalização:

Mais tarde, esse pânico cede lugar a um entendimento da “normalidade” do desconforto e agitação adolescentes, da circunscrição do significado das culturas juvenis como espaços de socialização diferenciados e da funcionalidade desse comportamento momentaneamente desviante como parte do processo de integração à sociedade adulta. (...) O consolo se produz a partir da conclusão de que a maior parte dos jovens, se bem conduzidos, acaba, depois de alguns percalços, integrando-se de forma sadia e normal à sociedade; o problema volta a ficar circunscrito, assim, à delimitação dos grupos ou setores juvenis estruturalmente anômalos (...) ^[xxiii].

Neste contexto, é fundamental que a escola tenha credibilidade. A capacidade de funcionar segundo as regras sociais era visto como um bem em si, portanto, não questionável ou passível de outras interpretações.

Considerações finais

A análise dos vetos impostos à peça “História dos Brinquedos” mostra, de uma forma geral, algumas das preocupações censórias centrais presentes na década de 1950. Esse comportamento se repetirá em outros cortes impostos a outras peças.

Um levantamento geral feito pelos pesquisadores de “O poder e a Fala na Cena Paulista” mostra que as referências à moral (que englobam as representações do ato sexual em si, o uso de vocabulário impróprio e os vetos dirigidos ao corpo) são responsáveis por, aproximadamente, 25% do total de cortes impostos às peças estudadas, no período de 1927 a 1967. O campo político (onde são alocadas as críticas ao governo, as referências à turbulências sociais e a proteção à imagem da autoridade), por sua vez, respondem a aproximadamente 20% do total de vetos infligidos no mesmo período.

De acordo com Brecht, as peças de teatro deveriam caracterizar as situações em suas relatividades históricas para mostrar sua condição temporária. *História dos Brinquedos* realiza esse intento. Por outro lado, a preocupação temática da censura mostra como não só os assuntos, mas também os modos em que são tomados, estão ligados indissociavelmente a seus contextos históricos.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. Revista Brasileira de Educação, número 5-6, 1997.

ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do marxismo”. In HOBBSAWN, Eric (org). *História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BERBERIAN, Ana Paula. *Fonoaudiologia e educação: um encontro histórico*. São Paulo, Plexus, 1995.

COELHO, Sandro Anselmo. “O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964)”. Revista Brasileira de História, volume 23, número 46, São Paulo, 2003.

CONSORTE, Josildeth Gomes. “Culturalismo e educação nos anos 50: o desafio da diversidade”. Caderno Cedes, volume 08, número 43, Campinas, dezembro de 1997.

DUBY, Georges. *História da vida privada, volume 04: da Revolução à Grande Guerra*. Lisboa, Editora Afrontamento, 1990.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. “Expostos, Rodas e mulheres: a lógica da ambigüidade médico-higienista”. Em ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.), CARNEIRO, Maria José (org.) e PAULA, Silvana Gonçalves de (org.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Editora da UFRRJ, Rio de Janeiro, 1987.

MUNHOZ, Sidnei J. *Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947, 1953)*. Revista Diálogos da Universidade Estadual de Maringá, número 06. Disponível no site http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_mesa3.htm. Acessado em 10/12/2006.

Revista Cult. “Ser sozinho é um charme: entrevista com Contardo Calligaris”. Número 97, ano 08, edição especial Filosofia.

ROSENFELD, Anatol. “O Teatro épico de Brecht”. In: ^a Rosenfeld, *O Teatro Épico*. São Paulo, Coleção Burity, 1965, p. 145-176.

SOARES, Ronald (coord.) e PINHO, Judicael Sudário de (coord.). *Estudos do Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho: homenagem a Aderbal Nunes Freire*. São Paulo, LTr, 1999.

Site da Central Intelligence Agency (CIA). Disponível em <http://www.foia.cia.gov>. Acessado em 30/01/2007.

Notas

[ⁱ] Fala de Ernest Everhard, protagonista do livro *O Tachão de Ferro* de Jack London. Citado em ANDREUCCI, Franco. “A difusão e a vulgarização do marxismo”. In HOBSBAWN, Eric (org). *História do Marxismo II: o marxismo na época da segunda Internacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

[ⁱⁱ] O presente eixo de pesquisa está sob a coordenação da Prof. Dr. Mayra Rodrigues Gomes.

[ⁱⁱⁱ] Sobre esse assunto, ver ANDREUCCI, 1982.

[^{iv}] ROSENFELD, 1965, p. 147

[^v] ANDREUCCI, 1982.

[^{vi}] Todos os trechos da peça foram transcritos do processo de censura da peça *A História dos Brinquedos* alocado no Arquivo Miroel Silveira (AMS).

[^{vii}] Depoimento dado à autora.

[^{viii}] MUNHOZ, 2006.

[^{ix}] MUNHOZ, 2006.

[^x] COELHO, 2003, p. 203.

[^{xi}] COELHO, 2003, p.204.

[^{xii}] CIA FOIA, 1953, p.2 tradução minha.

[^{xiii}] CIA FOIA, 1953, p.2 tradução minha.

[^{xiv}] DUBY, 1990.

[^{xv}] DUBY, 1990, p. 143-144.

[^{xvi}] **Revista Cult.** “Ser sozinho é um charme: entrevista com Contardo Calligaris”. Número 97, ano 08, edição especial Filosofia.

[^{xvii}] GONÇALVES, 1987, p. 39.

[^{xviii}] CONSORTE, 1997.

[^{xix}] CONSORTE, 1997, p.5

[^{xx}] BERBERIAN, 1995, p.63.

[^{xxi}] BERBERIAN, 1995, p.63.

[^{xxii}] ABRAMO, 1997, p.30.

[^{xxiii}] ABRAMO, 1997, p.31.